

Cultura Jurídica, repressão e resistência entre os trabalhadores petroleiros e bancários baianos durante a ditadura empresarial militar no Brasil

Carlos Eduardo Soares de Freitas¹

Resumen

Trata-se de pesquisa acerca da repressão imposta pela ditadura empresarial-militar brasileira (1964/1985) e a resistência de petroleiros e bancários no estado da Bahia. Objetivou-se investigar a repressão oficial, o papel das empresas, a luta dos trabalhadores durante a ditadura, e o quanto essa dinâmica influenciou regulamentações de direitos trabalhistas. Especificamente, buscou-se compreender o ambiente político no período do golpe, as respostas dos trabalhadores e a cultura jurídica que passou a influenciar o judiciário; e conhecer os lugares de memória dos petroleiros e bancários. A pesquisa articulou o exame de documentos em acervos de arquivos públicos, entrevistas de lideranças sindicais e o estudo do Direito do Trabalho da época. As lideranças sindicais de petroleiros e bancários sofreram intensa repressão desde o início do golpe militar, caracterizada pelo controle e intervenção, com cumplicidade das empresas. Apurou-se que a atuação do Estado foi complementada por alterações legislativas que precarizaram direitos e afetaram organizações dos trabalhadores. Concluiu-se que, diante da repressão, os trabalhadores na Bahia mantiveram-se politicamente mobilizados contra forças interventoras nos sindicatos, e em lutas constantes por direitos, e que as empresas, como a Petrobrás, tiveram papel colaborativo com a repressão oficial, revelando-se o judiciário e a cultura jurídica como campos em disputa.

¹ Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil. - cfreitas@uneb.br

Introdução

A repressão de Estado, a partir do golpe militar em 1º de abril de 1964, atingiu rapidamente sindicatos e sindicalistas. No período inicial da ditadura, algumas empresas apressaram-se a colaborar com o regime militar, auxiliando a repressão oficial. Este ensaio propõe-se a compreender esses aspectos a partir do estudo específico sobre a atuação da ditadura em duas categorias de trabalhadores: os bancários e os petroleiros. A análise é limitada ao Estado da Bahia, na região nordestina do Brasil.

O propósito deste estudo é examinar ao menos três questões: o olhar sobre o cotidiano vivido por ativistas sindicais nos primeiros dias dos tempos de chumbo, a partir do relato das suas próprias experiências; as formas como as forças contrarrevolucionárias que provocaram e sustentaram o golpe atuavam na defesa vigorosa da exploração capitalista intensa sobre os trabalhadores (Fernandes, 2019); e a resistência à ditadura a partir do confronto político e ideológico dos sindicalistas combativos.

Percursos militantes interrompidos pelo golpe protetor dos interesses burgueses

Raymundo Ramos dos Reis e Emanuel da Silva Rêgo² foram presos e suas vidas profundamente afetadas pela ditadura. Após as prisões, os direitos políticos de Raymundo Reis foram suspensos por dez anos, pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1) e Emanuel Rêgo foi despedido da empresa em que trabalhava, a Petrobras. A dor, o sofrimento e o medo se destacaram com o golpe de Estado, pela agressão policial-militar e pela violência econômica do desemprego contra milhares de famílias de trabalhadoras e trabalhadores.

A política adotada no Brasil após o golpe de 1964 projeta o conflito classista de maneira mais evidente. Segundo Rui Mauro Marini, para os setores da burguesia, não importava o desenvolvimento do país ou o imperialismo, mas os benefícios que poderiam usufruir, o que significava a garantia de que seus lucros seriam mantidos ou ampliados (Marini, 1978). Essa preocupação voltava-se diretamente à necessidade de frenagem à força que os sindicatos combativos acumularam, especialmente nos primeiros anos da década de 1960. A partir da ditadura, a renda salarial dos trabalhadores caiu (Oliveira, 1984) e a cobrança por produtividade nas empresas

² Raymundo Reis concedeu entrevista ao autor em Salvador em 2016, e Emanuel Rêgo o fez no Rio de Janeiro, em 2019.

aumentou. Essa combinação permitiu maiores ganhos aos capitalistas, que empregavam os trabalhadores em condições cada vez mais voltadas para o excesso de acumulação capitalista³. Sem pressão sindical, em vista da agressiva repressão do Estado autoritário, mais viável se tornou a superexploração da força de trabalho (Marini, 2000, p.123). E logo foram impostas à sociedade brasileira medidas que reduziriam ainda mais o espaço político dos trabalhadores no âmbito do direito do trabalho, seja no contrato individual, seja na representação coletiva e sindical. Os exemplos mais imediatos foram a lei de greve, de 1964, e o FGTS, de 1966.

Em paralelo, a participação de empresas estrangeiras ampliou-se no país⁴. Inicialmente com as companhias norte-americanas (Marini, 1978), seguidas das alemãs (Russau, 2017; Bandeira, 2011). Segundo Marini, a integração do Estado brasileiro ao imperialismo após o golpe teve um duplo efeito: aumentar a capacidade produtiva na indústria, pela via de financiamentos e uso de novas tecnologias, e restringir a criação de empregos, o que garantiria menor custo combinado com aumento de produtividade. O modelo adotado sustentou-se ainda no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), proposto pelo ministro Roberto Campos e que vigeu entre novembro de 1964 a março de 1967, que provocou concentração de renda no setor bancário.

Nesse cenário, não havia ambiente de garantias de negociações coletivas livres como meio de regulamentação dos direitos trabalhistas, apesar da defesa que fazia, neste sentido, o ministro do trabalho do governo Castello Branco, o jurista Arnaldo Sussekind. A não ser que as negociações servissem para assegurar benefícios aos setores patronais, ao invés de defender interesses obreiros, em uma espécie de Direito

³ Há similaridade com o processo argentino, acerca da ditadura iniciada em março de 1976, como informa Eduardo Bassualdo: “La condición necesaria para el desarrollo del nuevo patrón de acumulación fue la inédita redistribución del ingreso, que adquirió una magnitud desconhecida hasta esse momento. Entre 1976 y 1977 la disminución del salario real fue superior al 40%, lo cual implicó una notable reducción de la participación de los asalariados en el ingreso nacional (...)” (2013: 91)

⁴ Na análise de Francisco de Oliveira, a importância das estatais, como a Petrobras, é evidente: “Tem-se agora uma configuração de base produtiva em que comparecem a burguesia nacional, perdendo gradualmente peso e importância, a emergência crescente das próprias empresas estatais e, no comando de importantes setores da estrutura produtiva, o capital estrangeiro.” (1984:119)

do Trabalho às avessas, voltado à economia política das empresas, e não às garantias trabalhistas⁵.

O tipo de negociação coletiva compatível com garantias pró-patronais teve como paradigma o modelo norte-americano, caracterizado pelo fortalecimento aos resultados das negociações em detrimento às regras impostas pelo Estado. Isto é: consideradas imposições às relações do trabalho, as normas públicas (como a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT) deveriam ceder espaços para as regulamentações via negociações (Garland, 1960). Em ambiente de repressão aos sindicatos, fácil supor que tal modelo provocaria rebaixamento do direito do trabalho. A tentativa de introduzir o modelo norte-americano se deu por meio de cursos do ICT (Instituto Cultural do Trabalho), a partir de roteiro oferecido pela AFL-CIO (SCIPES, 2010) e apoiado pela AIFLD (American Institute for Free Labor Development) e CIA (Central Intelligence Agency), instituições que contavam com o suporte do governo dos EUA (Dreiffus,2006; Corrêa,2017; Bortone,2018). Os cursos eram acompanhados por uma formação política, que buscava demonstrar aos sindicalistas que o modelo norte-americano era democrático e que entre os seus objetivos estava o combate ao comunismo, e o convencimento de que o capitalismo promoveria oportunidades a todos, sem a necessidade da falsa visão da luta de classes. Ocorre que os setores burgueses nacionais e estrangeiros, que financiavam essa formação político-sindical, preocupavam-se exclusivamente em assegurar condições para a acumulação capitalista pautada na superexploração da força de trabalho⁶. Diante disso, a intenção do ICT se revelou como pura ficção, afinal, o predomínio era o interesse capitalista em assegurar as melhores condições de ampliar seus ganhos, e não a busca por melhorais aos trabalhadores. É

⁵ Alguns anos após o golpe, em meio à ditadura, José Martins Catharino expôs sua opinião acerca da produtividade e do progresso econômico, revelando posicionamento contrário à economia política hegemônica: “A conciliação entre desenvolvimento puramente econômico e progresso social deve ser buscada sempre, imperativamente, aceitando-se o desafio brasileiro, que também é o de quase todas as nações ibero-americanas: desenvolver-se sem permitir a exploração do trabalho humano, base de toda verdadeira Política, social por definição. P. ex., qualquer plano para aumento de produtividade, e, por consequência, de renda nacional, bruta e *per capita*, não pode ser feito, nem executado, nem ter êxito razoável, sem a participação dos próprios trabalhadores.” (1975:53)

⁶ Neste sentido, importava reduzir os espaços conquistados pelos trabalhadores. Voltemos à identidade entre o que se passou no Brasil com o ocorrido na Argentina a partir do golpe de 1976. Para reflexões sobre a Argentina, Martín Schorr oferece a pista: “La participación económica y política de los trabajadores fue percebida como una “amenaza” por los sectores dominantes locales.” (2013: 277)

possível concluir que o papel fundamental do ICT foi tentar cindir as organizações sindicais como meio de facilitar a repressão que se abateu com o golpe militar. A questão essencial às reflexões aqui propostas se refere a essas influências conservadoras e reacionárias sobre a cultura jurídica e na criação e regulamentação do direito do trabalho, tal como percebido nos debates ocorridos posteriormente, especialmente na implementação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Lei nº 6.019/74, que introduziu o trabalho terceirizado pela via de empresas prestadoras de serviços. Essas duas regras provocaram um abalo significativo nos contratos de trabalho e severa fragilização das entidades sindicais (Freitas, 1999).

Antes de abril de 1964, as empresas interessadas no golpe de Estado auxiliaram a campanha de desestabilização do governo João Goulart e a tentativa de enfraquecimento dos sindicalistas combativos. Instituições foram criadas para essa articulação, como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), e outras instituições empresariais golpistas. O ICT entrou nesse circuito com o aparente propósito de auxiliar a formação política de sindicalistas.

Os petroleiros, seus dirigentes e o golpe

A Petrobrás, contraditoriamente um orgulho dos nacionalistas, passou por uma importante alteração em seu papel chave para a economia e para a política: iniciada a ditadura, logo foi dominada pelos militares por sua posição estratégica e de segurança. Afinal, a empresa cuidava da industrialização de material combustível e lidava com uma categoria de trabalhadores muito organizada, com operários politizados e muito ousados em suas ações. Para refletir sobre o movimento sindical no período introdutório e impactante do pós-golpe, o caso do Sindipetro⁷ é emblemático. Documentos de órgãos repressivos do Estado brasileiro guardados no Arquivo Nacional⁸ e depoimentos de

⁷ Segundo relato de Amábíla Almeida, o ambiente no centro de Salvador foi muito conturbado no dia 1º de abril de 1964, inclusive com “soldados do exército por toda parte, invasão da sede do Sindicato dos Petroleiros, prisões, violências, o terror estabelecido, muita gente correndo” (Bahia, 2014, p.60)

⁸ A partir dos estudos e pesquisas sobre o que se passou naquela época, é possível identificar que alguns documentos do SNI ou do Exército registraram mais versões que fatos. Assim, eventualmente há confrontos entre as fontes pesquisadas. O propósito de um registro falseado pode ser a construção de uma narrativa voltada para o futuro. O passado se torna, assim, objeto de disputa. Walter Benjamin ocupou-se da questão: “A verdadeira imagem do passado passa por nós de forma fugidia. O passado só pode ser apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminada do reconhecimento” (...) “Porque é

trabalhadores que vivenciaram o clima político na empresa naquele momento permitem uma interpretação mais precisa sobre o papel da Petrobrás na repressão aos trabalhadores, e como estes buscaram formas de resistência política. É de se considerar, neste sentido, que o abate direcionado à ação coletiva dos petroleiros era significativo para controlar e reprimir as organizações obreiras também de outras categorias.

A sede da entidade sindical dos petroleiros no refino teria sido visitada meses antes do golpe pelo presidente João Goulart⁹. O Sindipetro era uma referência na luta sindical na Bahia¹⁰, e um importante apoio das bandeiras nacionalistas e reformistas no Estado nos primeiros anos da década de 1960. A experiência de Emanuel Rêgo, vice-presidente da entidade, e de seus colegas ativistas sindicais, foi emblemática quanto ao papel policialesco exercido por sua empregadora, a empresa Petrobrás. De acordo com os registros oficiais, o presidente do sindicato e deputado federal eleito em 1962, Mário Lima, teria sido preso no Palácio da Aclamação, residência oficial do governador do Estado da Bahia, próximo ao largo do Campo Grande, no centro de Salvador, capital do Estado da Bahia, ao tentar dialogar com o governador sobre a reação militar à greve dos petroleiros da Refinaria Landolfo Alves (RLAN), na região de Mataripe, no recôncavo baiano¹¹.

Cópia do prontuário de Mário Soares Lima consta do “Informe nº 1038 S/102-A13-CIE”, de 15/08/1984, do Ministério do Exército. Segundo o documento, o motivo da prisão do líder dos petroleiros em 02/04/1964 foi “por ter provocado greve ilegal na refinaria de MATARIPE no dia anterior, e ter ameaçado de fazer explodir a mesma”. Pelo registro no documento, Mário Lima permaneceu preso de 02 de abril a 12 de agosto de 1964 na RM (Região Militar), e depois transferido para a ilha de Fernando de Noronha, e lá mantido até 04 de dezembro de 1964, quando foi liberado por força de

irrecuperável toda a imagem do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconheceu como presente intencionado nela”. (Benjamin, 2016:11)

⁹ Segundo informação dos petroleiros anistiados, em conversa que tivemos na sede da ABRASPET, em 2019.

¹⁰ Assim como o sindicato dos bancários. Raymundo Reis lembra, por exemplo, que o sindicato dos bancários auxiliou a organização de muitas categorias profissionais consideradas mais frágeis.

¹¹ Conforme informações em cópia autêntica do SNI de “Auto de Prisão em Flagrante” de Mário Soares Lima. Documento registrado como “ASV ACE 4825/82 CNF”, que faz parte do acervo do Arquivo Nacional.

Habeas-Corpus. No Prontuário há registros da insatisfação militar causada pela decisão judicial de absolvição de Mário Lima¹².

O receio alegado pelas autoridades é que os sindicalistas poderiam explodir a refinaria¹³. Os petroleiros se encontravam mobilizados, mas a ameaça de explosão não foi confirmada pelos sindicalistas, posteriormente perseguidos e presos (Ivo, 2009). O boato também foi descartado pelos trabalhadores hoje anistiados que na época compartilhavam a direção do Sindipetro. Segundo eles, a ideia da explosão foi invenção dos próprios militares.

Emanoel Rêgo, morador de Salvador e então com uma filha recém-nascida, escondeu-se da repressão em Mataripe nos primeiros dias do golpe, até que resolveu voltar à sua casa, pois soubera que policiais e o exército rondavam sua residência. Para não ser preso em Mataripe, em meio ao movimento paredista eclodido como resistência ao golpe militar, e depois frustrado pela repressão, Rêgo meteu-se em uma ambulância e com a cumplicidade do motorista deslocou-se clandestinamente para Salvador. Assim conseguiu chegar em casa. Mas, preocupado com uma iminente invasão em sua residência e agressões à sua família, Emanoel Rêgo decidiu entregar-se às autoridades, e para isso voltou a Mataripe no dia 08 de abril. Entrou nas instalações da empresa e foi preso pelo Coronel Futuro, militar que controlava a movimentação de pessoas na refinaria e determinava qual trabalhador deveria ser liberado e qual deveria ser aprisionado.

Na sede da refinaria Landolfo Alves foi instalada uma verdadeira estrutura militar. O quartel adaptado funcionou em dois ambientes: no hotel que havia na empresa, se

¹² Documento registrado como “AC ACE 44667/84 SEC 1/1”, no acervo do Arquivo Nacional.

¹³ Para a versão dos militares sobre a ameaça de explosão e sabotagem dirigidas por Mário Lima e seus companheiros, conferir os seguintes documentos que se encontram no acervo do Arquivo Nacional: 1) da Agência de Salvador do SNI, denominado “Informação nº 325/16/ASV/SNI/1972, onde consta a “Cópia do Relatório do IPM instaurado no Terminal da Petrobrás, em MADRE DE DEUS/BA”, registrado como “ABA ACE 3773/82 CNF 1”; 2) do Ministério do Exército, a “Informação nº 674 E2”, datado de 12/11/1971, registrado como “ASV ACE 4825/82 CNF 1/1”. Neste último documento, é curioso o teor do item denominado “Conclusão”, com crítica a decisões do Judiciário, e sua atualidade quanto à postura de membros do Exército e em nome da “opinião pública”, confirmando nota de rodapé anterior: “A frequência das decisões antagônicas, ocorridas atualmente, vem causando profunda repercussão negativa e descrédito, cada vez maior, na opinião pública que vê nesse alto órgão de cúpula judiciária, a derrubada constante das sentenças, principalmente condenatórias, arbitradas pelas Auditorias.”

estabeleceram os oficiais militares, e no “Alojamento 200”, assim chamado pela quantidade de leitos, foi montado um centro de torturas.

O movimento grevista foi logo frustrado¹⁴, diante do receio que abateu os trabalhadores com a notícia da prisão do líder Mário Lima (Ivo, 2016). Antônio Gomes Trigueiros, após ter acompanhado Lima pouco antes da prisão, se deslocou à cidade de Santo Amaro da Purificação, também no recôncavo baiano, para fazer agitação com trabalhadores locais, e lá foi detido junto com um colega. Segundo Trigueiros, eles dois foram os primeiros presos do golpe em Salvador, tanto que ao serem levados ao Quartel do Barbalho¹⁵, os soldados ainda limpavam o local que passaria a ser um dos principais cárceres da capital baiana ao longo da ditadura (Bahia, 2014).

Raimundo Lopes¹⁶ conta que, desmobilizada a greve, os obreiros foram à Refinaria e ele, após assinar o cartão de ponto para iniciar sua jornada de trabalho, foi preso na empresa, no dia 02 de abril, junto com o colega conhecido como “Suez”. Ambos foram detidos por um tenente que, curiosamente, reconheceu “Suez” como um ex-militar do exército com quem havia servido no passado. O tenente, então, deixou de encaminhá-los ao “Alojamento 200”, onde lhes aguardava um capitão que cumpria a tarefa de torturar os trabalhadores aprisionados. Para a sorte deles, o tenente sugeriu que Raimundo e o colega fossem direto à corveta atracada na Refinaria e onde as lideranças

¹⁴ A intenção dos sindicalistas era que houvesse um levante popular por meio de greve geral contra o golpe, e para isso circulou um manifesto de convocação de trabalhadores, estudantes, as forças armadas e o povo em geral. É o que consta da “Informação nº 34/930/82, datada de 12/05/1982, da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia, registrado como “AC ACE 24306/82 CNF 1/1”, e que faz parte do acervo do Arquivo Nacional.

¹⁵ Da sua vivência como preso, Paulo Pontes comenta sobre o Forte como centro de torturas, e não há como fazer um paralelo ao depoimento de Primo Levi, em “É isto um homem?": “A tortura, no Forte do Barbalho, não era apenas no interrogatório. A simples estada naquelas condições, certamente, poderia ser considerada como torturante. As celas eram apenas um espaço aberto por baixo da muralha. Dormíamos no chão e sem qualquer proteção. O cimento grosseiro e frio agredia nossos corpos nus e já moídos de porradas, choques e pau de arara. Sem sanitário, fazíamos as necessidades numa lata de vinte litros que só posteriormente nos permitiam descartar. Meu vestuário nas semanas iniciais era apenas a cueca vermelha, que foi ficando marrom, única sobra da primeira pancadaria. Sujos e sem direito a garfo ou colher, eu cuspi na ponta dos dedos e os esfregava na cueca para engolir menos sujeira ao comer. Só após duas ou três semanas, fomos recebendo roupas e foi colocado um colchão de capim no chão da cela. Nenhum pano para nos cobrirmos, mas já era um alívio não ter contato direto com o cimento frio. (2018: 151)

¹⁶ Entrevistado em 2019, na sede da ABRASPET.

eram mantidas para posterior deslocamento a Salvador para serem encarcerados. Raimundo Lopes descobriu o que ele e “Suez” deixaram de sofrer ao encontrar outro colega petroleiro na corveta, cuja passagem pelo alojamento deixou seu corpo muito machucado e coberto de hematomas.

A repressão como defesa da exploração capitalista

Os militares ocuparam a empresa para gerenciamento e repressão, e logo buscaram apoio em postos-chaves internos da produção que, às vezes, não correspondiam às suas determinações. Assim se deu com a requisição, por exemplo, por parte do Comandante da 6ª Região Militar, de dois ônibus para o transporte da tropa nos primeiros dias da ditadura. Ocorre que a ordem não foi cumprida pelo Chefe do Departamento de Pessoal, por ser apoiador da greve. O curioso fato foi registrado na “Informação nº 2.052”, de 26/02/1971, da DIVIN/Petrobrás, e difundido pelo SNI/NASV¹⁷.

O “Alojamento 200”, segundo Raimundo Lopes e Antônio Trigueiros, diretores da ABRASPET¹⁸ e trabalhadores da Refinaria na época, não funcionou naqueles dias como hospedaria interna¹⁹ dos operários, mas como centro de tortura. A revelação corresponde ao registro feito no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que apontou a existência de um comando militar na Refinaria Landolfo Alves. Como informado pelos anistiados, e de acordo com o que circulou entre colegas, ao menos quatro trabalhadores foram barbaramente torturados: Vivaldo Fernandes das Neves, que teria perdido as unhas das mãos por conta da violência, e Carlos Brondi, ambos no “Alojamento 200”; e, depois, Emanuel Rêgo e Milton Oliveira, no quartel do 19º Batalhão de Caçadores, o “19BC”, em Salvador.

O Relatório de Atividades de 2013/2014 da baiana Comissão Estadual da Verdade (CEV) registrou as violências sofridas por Vivaldo das Neves em sessões de torturas: “teve ossos quebrados, unhas arrancadas e testículos quebrados”. (Bahia, 2014: 68)

¹⁷ Documento registrado como “ASV ACE 5134/82 CNF 1/1”: acervo do Arquivo Nacional.

¹⁸ A Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais Empresas Estatais foi fundada em 19/09/1996, a partir da articulação de trabalhadores vítimas da ditadura (Costa, 2012).

¹⁹ Muitos trabalhadores ainda utilizavam as instalações da empresa para morar ou pernoitar, quando não encontravam transportes de retorno após o trabalho. Esses locais eram chamados alojamentos. Oliveira Jr. (1985) narra que as péssimas condições desses equipamentos chegaram a provocar uma mobilização importante dos petroleiros no final da década de 1950.

O coronel Futuro prendeu Emanuel Rêgo no ambiente da empresa e o encaminhou ao “19BC” (Oliveira Jr., 1985). Em 28/08/1964, Rêgo e mais sete colegas tiveram seus contratos de trabalho rescindidos por justa causa, sob a alegação de haver ordem da Diretoria da Petrobrás²⁰, que acompanhava os movimentos obreiros por sua agência interna de espionagem.

A DIVIN (Divisão de Segurança e Informações) da Petrobrás funcionou como órgão de espionagem a fim de viabilizar a repressão das movimentações operárias e controlar a presença de militantes de esquerda em suas unidades (Praun e Costa, 2016). Essa Divisão da empresa estava integrada com o sistema de informações dos demais órgãos do Estado responsáveis pela troca de dados e o acompanhamento repressivo. Com isso, os trabalhadores se sentiram mais vigiados e cobrados no cotidiano, em uma dinâmica que interferia na produção fabril. Como meio de apoio na estrutura de segurança, o esquema se valia de militares infiltrados entre os trabalhadores – os chamados “P2”, na linguagem policial. Essas pessoas e aquelas relacionadas à DIVIN, eram às vezes reconhecidas e identificadas no interior da empresa pelos operários petroleiros²¹. Sobre esse tipo de atividade, o Relatório da CNV em seu “Texto 2 – Violações de direitos humanos dos trabalhadores”, analisou a extensão das graves violações dos direitos humanos nas relações de trabalho:

A aliança empresarial-policial, estabelecida durante o período anterior, transformou-se em aliança empresarial-policial-militar e definiu um novo regime fabril. Por um lado, havia a presença de agentes da repressão infiltrados entre os operários, a estreita colaboração entre a nova burocracia sindical e os órgãos de repressão, a instituição das Assessorias de Segurança e Informação (ASI) no interior das empresas estatais e dos setores de RH das empresas privadas e o fornecimento de “listas negras” para o DOPS e Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Por outro lado, o financiamento e o apoio material,

²⁰ Conforme informação constante em documento denominado “Parecer” em registro “CREBA-AJUR/RLAM-P-59/64”, da Petrobrás, datado de 28/08/1964.

²¹ Segundo informaram os anistiados petroleiros que continuaram trabalhando na empresa após o golpe de 1964. Para eles, o superintendente da Petrobrás prestava contas à DIVIN, e não o oposto.

logístico e ideológico, do empresariado à organização da repressão e de órgãos como a Operação Bandeirante (OBAN) e o DOI-CODI materializaram a solidariedade política da aliança empresarial-policial-militar, constituindo a sua face operativa e a configuração de um novo poder disciplinador, que rendeu os dividendos do crescimento econômico com segurança e concentração de renda. (Brasil, 2014, p.64)

Essa rede de espionagem interna não era segredo para os petroleiros, que passaram a tomar cuidado em suas conversas com colegas durante a jornada de trabalho. Afinal, os trabalhadores conheciam os riscos que corriam: prisão, perseguição e desemprego.

Emanoel Rêgo, Raimundo Lopes e Luciano Campos narraram que, dispensados da Petrobrás, tiveram dificuldades para encontrar empregos. Seus nomes, como outros tantos ativistas, estavam em uma malsinada “lista negra”, anotada no Relatório da CNV. Restaram-lhes, durante anos, atividades informais para o sustento das famílias. Alguns foram trabalhar como camelôs, vendedores autônomos ou condutores de táxis. Em um momento econômico tormentoso, viver de biscates foi o destino de muitos deles.

Para os trabalhadores que permaneceram na Petrobrás, o clima era de medo sob o comando do coronel Futuro. Se o trabalhador não via o cartão de ponto em sua chegada na empresa, sabia que seria despedido ou preso.

O pesquisador Alex Ivo menciona os esforços para que a empresa afastasse os ativistas e retratou o grau de perseguições aos petroleiros:

Em todo o Brasil, cerca de 1.500 petroleiros responderam, em algum grau, às investigações desencadeadas pela repressão. Deste universo, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade, 716 foram indiciados através do Inquérito Policial Militar (IPM) (Brasil, 2014, p.66). Desse total, segundo um parecer da Comissão Geral de Investigações da Petrobras, 192 trabalhadores foram investigados, apenas nas unidades sediadas no estado da Bahia. Pelo menos 137 indiciados foram demitidos. Essa quantidade, evidentemente, pode ser um pouco maior, pois pelo menos seis dessas pessoas investigadas, quando da redação do relatório, ainda não haviam tido o seu destino definido pelos

agentes da repressão e pelas autoridades da empresa (2016, p.29)

Imediatamente após o golpe, portanto, se instalou um Estado terrorista²² que, com o desenrolar da ditadura, foi se articulando a outros países submetidos a situação política similar²³. A violência promovida pelo Estado foi intensa²⁴. Sindicalistas tiveram as liberdades cerceadas e muitos permaneceram isolados, sem que suas famílias soubessem onde e como estavam. Em Salvador, as instalações dos Fortes de Amaralina, do Barbalho e de Monte Serrat²⁵, e do quartel do “19BC”, receberam ativistas petroleiros, que dividiram celas com outros cidadãos a quem foram confiados o exercício da representação sindical, como o bancário Raymundo Reis.

A “Informação nº 45/SNI/68”²⁶, de 19/08/1968, retrata a conduta policialesca imposta aos petroleiros, pois não apenas demonstra a vigilância intensiva ao então presidente do sindicato, Marival Caldas, como também narra as táticas de luta que estariam sendo planejadas pelos trabalhadores, o que confirma a prática de espionagem.

O SNI se constituiu em uma estrutura poderosa no Estado terrorista (Fon Filho et al, 2016). A Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, criou o Serviço como órgão da Presidência da República, com a finalidade de “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessem à Segurança Nacional”, incumbindo-o especialmente, de: “a) assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contra-informação afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais; b) estabelecer e assegurar, tendo em vista a complementação do sistema

²² Expressão pouco utilizada pela literatura brasileira. Refere-se à estrutura opressora oficial adotada após o golpe militar de 1964, cujo uso é mais comum em estudos argentinos, a exemplo de Duhalde (2014).

²³ É o que se percebe das pesquisas sobre a temática. “En América Latina, los procesos de radicalización política y de organización de corrientes combativas em el sindicalismo presentaron numerosos rasgos em común entre fines de los 60 y mediados de los 70, y también tuvieron puntos de contacto los correspondientes procesos repressivos que se articularon entonces”. (Esponda, 2017, p.26)

²⁴ Alguns estudos e obras literárias dão a dimensão dessa violência

²⁵ Instalações históricas, o Forte do Barbalho, ou Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo, foi erigido no século XVII e o Forte de Monte Serrat, ou Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat, no final do século XVI. Ambos foram utilizados nos combates contra os holandeses em Salvador.

²⁶ Documento contido em “ASV ACE 5109/82 CNF 1/1”, que faz parte do acervo do Arquivo Nacional.

nacional de informação e contra-informação, os necessários entendimentos e ligações com os Governos de Estados, com entidades privadas e, quando for o caso, com as administrações municipais; c) proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria-Geral desse Conselho; d) promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes.” E seus servidores, sejam eles civis ou militares, gozavam de uma gratificação especial fixada pelo chefe do poder executivo, como previa o art. 7º da lei.

O golpe militar impôs um cotidiano absolutamente diferente aos trabalhadores e suas lideranças. E com isso uma outra dinâmica no tratamento dos conflitos trabalhistas e novas pautas passaram a ser as referências, a contragosto dos sindicalistas combativos. De imediato, mudou o cenário: foram mais de 450 intervenções em sindicatos (Neves, 2008; Martins, 1989), seguidas de perseguições, prisões, torturas e mortes. Sindicatos e sindicalistas também foram afetados sem que houvesse intervenções formais: com parte da direção presa ou perseguida, e as demais lideranças dispersas e amedrontadas, a entidade sindical era ocupada por indivíduos que funcionavam como interventores.

Segundo os petroleiros anistiados, a categoria sofreu com eventuais interventores, como Tibério José Ferreira. Mas uma vez instalado o comando militar na empresa, e após a intervenção, o sindicato voltou a funcionar com certa normalidade, mesmo que sob vigilância, o que não impediu a eleição de Marival Nogueira Caldas em 1966, como secretário, e em 1968 como presidente. No entanto, cinco dias após a edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, Marival Caldas e mais nove membros da direção do Sindipetro, aí incluído Antônio Valente Barbosa, posteriormente dirigente da ABRASPET, tiveram seus contratos de trabalho rescindidos²⁷.

Em vista da rede de controle, vigilância e informações internas que foi construída na Petrobrás, é provável que o DOI-CODI/RJ, ao sequestrar Jorge Leal Gonçalves Pereira

²⁷ Informações que podem ser encontradas em ofício (“RLAM-CONF.-1. 642/68”) do superintendente Oriovaldo Pereira Lima ao tenente coronel Joalbo Rodrigues F. Barbosa, contido em “ASV ACE 5109/82 CNF 1/1”, documento que faz parte do acervo do Arquivo Nacional.

em 20 de outubro de 1970²⁸, tivesse conhecimento sobre sua passagem como engenheiro da empresa e como dirigente da organização Ação Popular (AP), criada em 1962, a partir da juventude católica e de ativistas não alinhados ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). Emiliano José, ex-militante da Ação Popular, escreveu sobre Jorge Leal (2012, p.96):

Trabalhava na Refinaria de Mataripe, em 1964. Preso em abril daquele ano, foi demitido. Passou, então, a trabalhar na Companhia de Eletricidade da Bahia – Coelba. Seu sequestro ocorreu em outubro de 1970, na Rua Conde do Bonfim, Tijuca, Rio de Janeiro, realizado por agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro.

A repressão de Estado, mesmo com o suporte das normas, estruturada nacionalmente e infiltrada nas empresas, também se equivocava identificando supostos “inimigos”. Emiliano José narra situação em que o engenheiro Marcos Antônio Pinheiro Silva, da Petrobrás, foi preso e submetido ao risco de morte²⁹, por causa de uma troca de nomes. Sobre este Marcos, disse José:

Nas movimentações estudantis, nunca se filiou a qualquer partido revolucionário. Lembra-se de ter sido do Conselho de Líderes de um cursinho pré-vestibular da Sudene e de ter escrito alguns artigos em jornaizinhos estudantis, onde especulava sobre o mundo baseado nas encíclicas papais, natural para quem tivera uma formação cristã junto aos franciscanos. Esteve à margem da luta frontal contra a ditadura. Isso não o livrou de

²⁸ Documento do II Exército / DOI-CODI, datado de 20 e 21/12/1971, em que constam informações sobre a AP, relaciona os militantes da organização, e entre eles, consta Jorge Leal Gonçalves Pereira, como preso e falecido na Guanabara. O documento se encontra no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²⁹ Fon Filho et al (2016) revelam o alto grau de risco de morte: “Em 1970, serão assassinados pelo menos 27 opositores, dos quais 11 sob torturas. Em 1971, o número total de mortos conhecidos se elevará a 46, dos quais 25 sob tortura. Em 1972, 45 mortos, dos quais 18 torturados. Em 1973, de 30 mortos, 16 foram presos e torturados até a morte. De 1973 para 1974, *não existem mais mortos nem torturados apenas 21 “desaparecidos”*. É uma trágica contabilização: de 1966 a 1974, conhecem-se 194 assassinatos perpetrados pela ditadura militar.” (131/132)

cair nas malhas da Operação Radar, que fora desencadeada em 1973 e durou até 1975, seu auge, e que visava destruir o PCB, sobre a qual já falei em outros artigos, aqui mesmo neste site. Por engano, mas caiu. Na verdade, pretendiam prender Marco Antônio da Rocha Medeiros, este sim, dirigente do PCB. (2012: 62)

Esse fato revela a prepotência do Estado terrorista e sua sanha em exterminar inimigos, mesmo aqueles que não levantaram armas. A “Operação Radar” foi mencionada pela Comissão Estadual da Verdade da Bahia, que registra a ocorrência de dezenas de presos e a utilização de um centro de tortura denominado “Fazendinha”, na cidade de Alagoinhas.

Outros dois dados contidos no relatório final da Comissão Nacional da Verdade fornecem informações importantes sobre a repressão da ditadura no Estado. Um deles trata do cerco e de ações violentíssimas perpetradas contra Carlos Lamarca e pessoas que com ele militaram:

91. Nilton Cerqueira ganhou prestígio com o êxito da Operação Pajussara, que resultou nas execuções de Carlos Lamarca, Zequinha Barreto, Otoniel Barreto, Luiz Antônio Santa Bárbara e, em Salvador, Iara Iavelberg e a jovem Nilda Carvalho Cunha. Em elogio que recebeu em suas folhas de alterações, a Operação Pajussara foi comparada com a campanha do Exército que derrotou Canudos, em 1897, pelo êxito das duas operações, em cenários adversos. Outros militares estavam envolvidos em sua execução, entre eles o almirante Heleno Nunes e o tenente-coronel Carlos Alberto Ponzi, então comandante da PM da Bahia. (2014: 628)

O outro apresenta os “Locais de graves violações de Direitos Humanos”, doze deles na Bahia, entre os quais a “Fazendinha” e a Refinaria Landulfo Alves, referida no documento como “Comando Militar da Refinaria da Petrobrás”, em Mataripe.

Os bancários: repressão e resistência

A política trabalhista da ditadura civil-militar impôs-se na sociedade com o modelo de tranquilidade do ministro Jarbas Passarinho. As instituições forçavam os caminhos e a propaganda oficial fazia o seu papel. O FGTS paulatinamente tornou-se realidade e a adesão ao Fundo não se dava exatamente por escolhas individuais, mas pela pressão patronal. Sem a atividade sindical e os sindicalistas combativos, as empresas se permitiam a ampliar seus interesses no cotidiano laboral. Algumas atividades econômicas foram tratadas de maneira diferenciada na ditadura, dentre elas a bancária.

Raymundo Reis, presidente afastado pela ditadura do sindicato baiano em abril de 1964, comentou que naquela época havia um bom número de pequenas empresas no setor, e que eram chamadas de tamboretas. Esses bancos passaram a ser adquiridos por outros maiores, que gozavam do apoio oficial. Como parte do esforço do capital em acumular riquezas, incrementou-se então uma “política de conglomeração bancária”, que visou o “avanço do capital monopolista no setor financeiro” (BRANDÃO, 2020, p.481). Essa política era parte do PAEG. Segundo o verbete temático do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o PAEG planejou, entre outras, a política bancária (com destaque para a Lei nº 4.595/64, conhecida como “reforma bancária”) e as diretrizes da política salarial, cujas normas foram expostas na Circular nº 10, de 19/06/1964, com o respaldo posterior da Lei nº 4.725, de 13/07/1965, que limitava o papel da sentença normativa em processos judiciais de dissídios coletivos:

- a) que, enquanto se executa o programa antiinflacionário, os reajustamentos salariais sob controle do governo federal não sejam efetuados com espaçamento inferior a um ano, a partir da última revisão, e que essa norma seja comunicada à Justiça do Trabalho como ponto de vista oficial do governo no que tange ao julgamento dos dissídios coletivos; b) que o salário reajustado seja determinado de modo a igualar o salário real médio vigente nos últimos 24 meses, multiplicado a seguir por um coeficiente que traduza o aumento de produtividade estimado para o ano anterior, acrescido da provisão para compensações de resíduo inflacionário porventura admitido na

programação financeira do governo, e que o método de reajustamento acima definido seja também comunicado à Justiça do Trabalho, como representando o ponto de vista do Poder Executivo Federal; c) que se solicite aos governos dos estados e municípios sua adesão às normas de política salarial do governo federal, bem como a respectiva aplicação nas áreas dos serviços públicos estaduais e municipais, autarquias, sociedades de economia mista e empresas concessionárias do serviço público sob sua jurisdição.³⁰

Leandro Horie (2019: 52-53) explica as normas:

1. Os reajustes não poderiam se realizar com um espaçamento inferior a doze meses e seria determinado de maneira a igualar ao salário médio dos últimos 24 meses, acrescido de uma taxa de produtividade estimada para o ano anterior e de um percentual que traduzisse o resíduo inflacionário “porventura admitido na programação econômico-financeira do governo”;
2. Podem ser revistas essas normas se o crescimento da produtividade da empresa ou categoria foi maior que a fixada em lei, mas desde que não acarretem repercussões prejudiciais ponderáveis nos preços de bens e serviços, ou no caso de distorções salariais em categorias ou empresas;
3. Projeto 7/65: Controle dos reajustes ao invés da prática de livre negociação entre patrões e empregados;
4. Lei n. 4.725/65: instituição do “resíduo inflacionário”, como forma de atenuar possíveis distorções decorrentes da inflação prevista e a realizada;
5. A fórmula salarial busca manter estável a renda proveniente dos salários na renda nacional é a seguinte: $(1+Rt) = W3/W2 = [Wr.(1+R/2) + a.W2.P] / W2$

³⁰ Em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-acao-economica-do-governo-paeg>>, acessado em 12/06/2021.

A tecnocracia do novo governo não fez questão de facilitar a compreensão das políticas salariais. Assim foi também com o FGTS, cujas regras eram de difícil entendimento até para magistrados trabalhistas. Esse traço da ditadura assume não apenas o descompromisso em utilizar normas incompreensíveis pela sociedade, como a intencionalidade de reduzir a remuneração dos trabalhadores ao longo do tempo. E quanto à conglomeração bancária, o PAEG teve papel decisivo, ao provocar “a tendência à formação de um capital monopolista”, é o que conclui Rafael Brandão, ao revelar no período “a existência de dois movimentos distintos no processo geral de acumulação de capital, marca do sistema capitalista de produção: a *concentração de capital* e a *centralização de capital*” (2020: 493).

O setor bancário foi, assim, um laboratório para profundas mudanças impostas pela ditadura³¹. Neste sentido, é de se imaginar a preocupação dos militares em intervir nos sindicatos e perseguir os sindicalistas para garantir tranquilidade nos moldes do ministro Passarinho. Este capítulo analisa a interferência da ditadura nas relações sociais entre os bancários baianos, bancos e governo, a cultura jurídica como reforço de políticas de constrição sobre direitos trabalhistas, e os meios de resistências políticas dos trabalhadores.

Bancários baianos: a perseguição aos ativistas sindicais.

O sindicato dos bancários foi outra entidade que sofreu imediatamente os efeitos da ditadura civil-militar. Raymundo Reis, presidente do sindicato em 1964 e membro da Comissão Permanente de Organizações Sindicais da Bahia (CPOSB), foi compulsoriamente excluído da direção, processado e preso. Outros ativistas sindicais tiveram o mesmo destino. Abateu-se o medo entre os empregados em bancos, assim como o receio em se aproximar de dirigentes sindicais depostos.

³¹ O deputado estadual Filemon Matos, vice-líder do MDB, proferiu discurso na Assembleia Legislativa da Bahia na sessão do dia 29/08/1979, em que denunciou o lucro dos banqueiros e prejuízo dos bancários”, criticou a “ideologia do conglomerado”, informou que em 1964 havia 336 bancos comerciais e em 1971, apenas 150, e que o “processo de incorporação e fusão bancária transcorreu, dentro da anormalidade completa, a partir da aquisição das ações ordinárias, portanto, das ações votantes dos pequenos estabelecimentos de crédito pelos grandes Banco mas, pagando-se, devidamente, ágios abundantes para aqueles Srs detentores privilegiados do controle dos estabelecimentos incorporados.” Fonte: anexo do Informe nº PM/2-1-064/79, do Comando Geral da Polícia Militar da Bahia, em “ASV_ACE_568_80”, acessado no acervo do Arquivo Nacional.

O clima de perseguição era forte. Se antes do golpe civil-militar já havia, por parte de alguns bancos, restrições ao papel do sindicato por meio de limites às visitas que o presidente Raymundo Reis fazia nas agências, com a ditadura o policiamento se tornou parte do cotidiano dos ativistas posicionados criticamente ao autoritarismo. Segundo Euclides Fagundes Neves, no Banco do Brasil, onde trabalhava Raymundo Reis, “foram cassados 376 bancários” (2008:260) logo após o golpe.

Raymundo Reis recorda-se da perseguição e lembra que os interventores, ao ingressarem no sindicato dos bancários, alegaram que havia, antes de abril de 1964, má gestão na entidade e puseram a desorganizar muito do que os bancários acumularam em termos de consciência política coletiva da categoria. Como conduta adotada pela ditadura, ativistas como Raymundo Reis foram alvos de campanhas difamatórias. Exemplo disso foi a matéria divulgada no jornal A Tarde, de 21/06/1969, sobre a absolvição de Raymundo Reis e de Washington José de Souza, ex-presidente do sindicato dos eletricitários, que os considerou “meros interesseiros”, oportunistas a pavimentar carreiras políticas às custas dos sindicatos.

Outros bancários também sofreram, como Joselísio Oliveira, sobre quem o SNI mantinha o “Prontuário nº 2.446”, com uma série de dados pessoais e políticos a partir de anotações feitas clandestinamente, seja por órgãos de policiamento, como o próprio SNI, ou por instituições aparentemente desligadas da estrutura repressiva da ditadura, como a Delegacia Regional do Trabalho (DRT). O Prontuário era parte, junto com outros documentos, do “Encaminhamento nº 0027/740/ASV/78”, também do Serviço Nacional de Informações, sobre os “Antecedentes” de Joselísio Oliveira.

A “Ficha Sintética de Avaliação” foi utilizada para examinar os suspeitos segundo a espionagem oficial, e nela constava uma “Apreciação Final”, aparentemente com a finalidade de avaliar o eventual aproveitamento do espiado para cargos ou empregos no serviço público. Joselísio Oliveira e Genaro José de Oliveira, colega de direção sindical de Raymundo Reis, foram devidamente “apreciados”. A ditadura acompanhou também, entre outras pessoas, Carlos Sepúlveda Neto, George Antônio Guimarães Sá e Áureo Santos Rocha, todos militantes contemporâneos de Raymundo Reis, conforme demonstra a “Informação nº 1298/25/SNI/ASV/74”, da agência do SNI em Salvador.

A repressão sobre o sindicato dos bancários ocorreu de modo especial durante as eleições da entidade.

Segundo Neves, houve eleição no sindicato em 1965 e duas chapas foram inscritas: a a Chapa Verde, da situação, e a Chapa Azul, da oposição. A Azul tinha à frente os nomes de Ayres Dantas Barbosa e George Antonio Guimarães Sá, ambos do BANEB (Banco do Estado da Bahia), e Carlos Sepúlveda (do Banco da Lavoura de Minas Gerais). A delegacia regional do trabalho, assessorada pela 6ª R.M., vetou esses três bancários, e outros procedimentos enfraqueceram e esvaziaram a chapa. A chapa de oposição ganhou, mas a direção que assumiu frustrou as expectativas. O presidente eleito foi Áureo Santos Rocha.

Outra liderança dos bancários acompanhada secretamente pela ditadura foi Juarez Teixeira, cujo registro como membro de chapa concorrente à direção do sindicato dos bancários para as eleições sofreu impugnação pela DRT. Juarez impetrou mandado de segurança contra o ato do delegado regional do trabalho, indeferido pelo juízo da 2ª Vara Federal, que acolheu a argumentação da autoridade coatora, de que o impetrante Juarez Teixeira, e mais os colegas candidatos Aldo Dortas Prado e Joselísio Oliveira, não poderiam ter suas candidaturas liberadas em vista das informações colhidas por “órgãos competentes” e para resguardar o “interesse da própria Segurança Nacional”. Judiciário e delegacia regional do trabalho asseguraram, desta maneira, que o pleito sindical transcorresse apenas com uma chapa registrada.

A eleição seguinte ocorreu em 1969 e a oposição se organizou com George Sá como candidato à presidência. Nova série de manobras da direção do sindicato e da delegacia regional do trabalho resultou na cassação da Chapa Verde, de oposição. Só restou a Chapa Azul e foi eleito José de Oliveira Torres. Em 1972, sob um cenário político violento e hostil, a oposição não se organizou para o pleito eleitoral daquele ano, e Oliveira Torres, vogal dos trabalhadores na justiça do trabalho desde 1968, concorreu em chapa única e foi reeleito. Para Valdimiro Lustosa³², Torres era altamente engajado e em cada banco contava com informantes para acompanhar as movimentações dos bancários.

³² As falas de Geraldo Guedes, Valdimiro Lustosa, Jadson Oliveira, Edelson Ferreira, Mauro Geosvaldo, Genésio Ramos, Osvaldo Laranjeira, Paulo Moraes, Smitson Oliveira, Fábio Nóvoa, Antônio Carlos Pereira dos Santos, José Rodrigues (Zezinho), José Donizete (Goiano), Marivaldo Dias e Célio Maranhão foram coletadas em reunião entre esses antigos ativistas e sindicalistas do sindicato dos bancários em julho de 2015. Eles participaram de atividades sindicais em momentos diversos até a retomada do sindicato em 1981.

Em vista das perseguições, os bancários que passaram a atuar na oposição à direção sindical ligada ao governo militar se conduziam com cuidado e criatividade. Para Jadson Oliveira, após o AI-5, de dezembro de 1968, houve uma queda importante no movimento de resistência dos bancários ante a direção intervencionista do sindicato.

O início dos anos 1970 revelou novos e discretos rostos na oposição bancária: Geraldo Guedes, Jadson Oliveira e Valdimiro Lustosa, todos funcionários do BANEb, passaram a realizar atividades políticas em um ambiente muito desfavorável. A insistência e a criatividade dos ativistas tiveram resultados também em outros bancos. Geraldo Guedes trabalhou no banco de 1966 a 1976 e conta que se politizou com a ajuda da leitura dos livros de Jorge Amado e outras publicações da biblioteca do BANEb, frequentada no horário de almoço e que paulatinamente foi se transformando em local de reunião de banebianos insatisfeitos com a condução da direção do sindicato. Na época, conheceu Jadson Oliveira e ambos intensificaram o trabalho miúdo, do dia a dia, de conscientização dos colegas. Jadson fala do seu encontro com Geraldo:

Não nos conhecíamos até então. Ele deduziu que eu seria alguém que gostava de política porque, pelos registros nas fichas da biblioteca do banco, percebeu que eu costumava ler livros de Jorge Amado. A partir daí nos relacionamos, dando início a uma enorme amizade. Ele estava se iniciando no ativismo sindical e político e me instigou a participar, com ele, de reuniões no Sindicato dos Bancários.

(...)

Foi quando nós (Geraldo e eu) – no ano de 1972, repito – começamos a aparecer em reuniões do sindicato, discretamente, cheios de temor e cuidados, consequência do clima político delineado acima.³³

Era preciso ter muito cuidado. Geraldo Guedes datilografava o boletim *O Bancário* em papel de seda, depois o dobrava bem até o ponto de caber em uma caixa de fósforos. Em seguida, distribuía caixas de fósforos sem palitos, mas com informações, aos

³³ Extraído do artigo “Oposição bancária da Bahia: tudo recomeçou em algum momento de 1972 (Parte 1)”, de 18/03/2013, no blog “Evidentemente”, do próprio Jadson Oliveira, acessado em 12/06/2021, em <<http://blogdejadson.blogspot.com/search?q=geraldo+guedes>>

colegas. Esse foi o meio encontrado para a divulgação do boletim. Outro método utilizado era o pagamento de contas de energia e de água. Os ativistas passaram a pagar as contas em agências bancárias diferentes, para que tivessem contato com os colegas que estavam no lado interno dos caixas, com os quais conversavam e marcavam encontros para tomarem cerveja, ou irem ao clube dos bancários, ou ainda para visitas em suas casas. Nesses contatos, os ativistas anotavam os endereços dos colegas e assim enviavam o boletim *O bancário* pelo correio. Como efeito da militância, foram formadas comissões internas clandestinas no BANEBA, instituição onde havia maior movimentação de ativistas. Paulo Morais, Smitson Oliveira e Edelson Ferreira incorporaram-se ao movimento. Edelson trabalhava no Banorte como chefe do setor de compensação, à noite. E de dia dedicava-se ao trabalho político. Muitos deles ingressaram no PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e a orientação partidária era que se mantivessem atentos e que cumprissem com competências e pontualidade suas obrigações funcionais. A regra era simples: para ter respeito como militantes e lideranças, era preciso que fossem reconhecidos como bons trabalhadores. E seguiram à risca esse mandamento.

No entanto, mesmo cumpridores de suas tarefas, os ativistas sofreram perseguições quando se revelaram opositores à direção do sindicato. Assim ocorreu com Valdimiro Lustosa. Após graduar-se em economia, submeteu-se a uma seleção interna no banco e passou em 4º lugar, posição que o credenciaria à vaga em disputa. O resultado foi divulgado e, em seguida, retirado dos murais e quando reapareceu, seu nome não estava mais na lista de aprovados. Lustosa lembra também que aos ativistas não era concedido o direito de ter cheque especial, comum entre os bancários. Situação similar ocorreu no Banco do Brasil com Raymundo Reis, após ser afastado da direção do sindicato em 1964. Antônio Carlos Pereira dos Santos, do Banco do Nordeste, conta que começou a ser perseguido antes mesmo de tomar posse, em 1967, pois já era um conhecido militante de oposição à ditadura em sua cidade natal, cujo prefeito era simpatizante dos militares. Antônio lembra ainda duas histórias de pressão e perseguição: a de uma auditoria interna ocorrida em função de denúncia sobre desvio de dinheiro, e cujo auditor, vindo do Ceará, apresentou-se em uma sexta-feira todo de branco e com uma arma na cintura à vista de todos; outro registro é que as lideranças sofriam reduções nos rendimentos quando eram descobertas. Essa prática, aliás, banqueiros estabeleceram desde a época de Raymundo Reis, nos anos 1960.

A consolidação da oposição sindical bancária.

A oposição bancária ganhava corpo e começava a aparecer com força para a categoria. O banco com maior número de militantes era o BANEBA. Segundo Guedes e seus colegas, no BANEBA havia uma liberdade maior para circular e fazer política nos locais de trabalho do que em outras empresas. Outros ativistas garantiam núcleos de resistências em agências do Banco do Brasil, Banorte, Banco do Nordeste, Banco Econômico, Bradesco e Bamerindus. As táticas políticas de conscientização e mobilização da categoria foram variadas e corajosas.

Geraldo Guedes e seus companheiros organizaram um abaixo-assinado que os promoveu entre os colegas. O fato foi assim descrito por Neves:

Em 1974, os opositores Geraldo Guedes, Valdimiro Lustosa, Jadson Oliveira, João Iná e Camerino Prates, todos funcionários do Baneb, organizaram um abaixo-assinado contendo 400 assinaturas e entregaram a José de Oliveira Torres, presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia e Moacyr da Silva Côrtes, presidente da Federação dos bancários da Bahia e Sergipe, para que fosse pleiteada junto aos banqueiros uma antecipação salarial. Os bancários obtiveram um adiantamento de 15% e, a partir daquele ano, os adiantamentos salariais passaram a ser rotina na luta sindical bancária. (2008:299)

Era importante educar politicamente a categoria. Geraldo e Jadson perceberam que o sindicato baiano recebia exemplares da *Folha Bancária*, jornal dos bancários paulistas, e não os distribuía. Eles, então, como meio de manter contatos com os colegas, recolhiam os jornais e os repassava aos bancários.

Segundo Smitson Oliveira, o ímpeto da oposição era tanto que em plena visita do Papa a Salvador, em julho de 1980, os bancários desfilaram pela multidão com uma faixa que denunciava as demissões dos trabalhadores nos bancos.

Para José Donizete, a oposição bancária se constituía, pouco a pouco, em um grande movimento político, e não só sindical. Exemplo disso foi a organização, em 1980, da comemoração, na praça do Campo Grande, do dia 1º de maio em Salvador, ainda sob a ditadura, que contou principalmente com os militantes da oposição sindical dos

bancários e do Sindiquímica (Sindicato dos Trabalhadores Químicos do Estado da Bahia), sobre o qual Emiliano José lembra que:

Marighella, filho, começou cedo sua militância no PCB. Tinha 27 anos em 1975. E era, então, um dos principais quadros operários do partido no Estado, ao lado de Sebastião Couto e Ivan Pugliesi. Os três, ao lado de Jair de Brito, foram precursores do Sindicato dos Químicos – Sindiquímica – mais tarde unificado como Sindicato do Ramo Químico. Jair de Brito havia fundado a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica, em 1963. Desarticulada com o golpe de 1964, foi paulatinamente sendo reorganizada pelo PCB, e o papel de Marighella nisso foi essencial. (2012: 82)

O acúmulo político permitiu que em 1975 a oposição inscreve-se uma chapa para concorrer às eleições sindicais. Pela situação, o candidato à presidência era Eraldo Paim. O ministério do exército, por meio da 6ª R.M. registrou o “Informe nº 278-E2”, de 11/04/1975, para encaminhamento ao SNI e à DRT, onde algumas pessoas eram enquadradas como subversivas e que vinham tumultuando a vida do sindicato. Eram eles: Antônio José Vieira Soares, do Banco do Nordeste do Brasil; Corinto Soares Joazeiro, do Banco Econômico; George Antônio Guimarães Sá, do BANEb e candidato em 1968; Jadson Oliveira, do BANEb e da Tribuna da Bahia; e Paulo Galvão Silva, do Banco Econômico e que se candidatara em 1968³⁴. Segundo Neves:

O núcleo oposicionista da chapa era composto por Jadson Oliveira, Bento Ribeiro e Valdimiro Lustosa, do Baneb; Vivaldo Ornelas, do Banco do Brasil e Corinto Joazeiro, do Econômico. (...) O slogan da campanha era *Renovação de Verdade*. (2008:301)

Essa chapa de oposição, registrada como verde, foi cassada. A delegacia regional do trabalho, Ivanilson Trindade à frente, exerceu mais uma vez a tarefa de controle,

³⁴ Documento consta do “ASV_ ACE_ 3589_ 82”, que faz parte do acervo do Arquivo Nacional.

fiscalização e vedação de liberdades e autonomia sindicais, por meio da impugnação de vários candidatos, de modo a anular a condição de concorrente ao pleito.

Sobre esses fatos, Jadson Oliveira destacou em seu blog que alguns colegas protestaram e denunciaram na época a tática da ditadura em manter o grupo da sua confiança na direção do sindicato e menciona o protesto de Pedro Barbosa, do Banco do Nordeste, contra as táticas reacionárias.

Mesmo com a confirmação do grupo de Torres no comando do sindicato, a oposição manteve-se organizada e cada vez mais conhecida. Não passa despercebido que os ativistas oposicionistas construíram uma posição crítica muito sólida em relação à entidade a quem caberia, em tese, garantir direitos trabalhistas, mas que na prática funcionava como um escritório de delação e repressão às lideranças autênticas. A delegacia regional do trabalho se constituiu em uma representação dos interesses patronais e descartou qualquer respeito ao Direito do Trabalho. A oposição também não confiava no judiciário. Afinal, José de Oliveira Torres, principal articulador do agrupamento que se instalou na direção do sindicato com apoio da ditadura, era vogal (juiz classista) desde 1968. Assim, restava à oposição buscar espaços políticos entre os colegas através das denúncias contra demissões e arrochos salariais e continuar tentando chegar ao comando da entidade sindical.

Para as eleições de 26 a 30 de junho de 1978, a oposição inscreveu chapa com lideranças conhecidas como Edelson Ferreira, Pedro Barbosa, Djalma Medrado Passos, Paulo Moraes, Jadson Oliveira, Carlos de Azevedo Araújo e Smitson Oliveira. Entre abril e julho daquele ano, houve intensa troca de correspondência entre a DRT, o SNI e a 6ª R.M, nas pessoas de Ivanilson Soares Trindade, o Coronel Pedro Correia Bruni, o auditor militar Arnaldo Silva Ferreira Lima. As instituições e seus respectivos responsáveis remexeram seus arquivos para apurar se havia restrições aos candidatos da chapa oposicionista³⁵.

Desta vez, a eleição ocorreu sem vetos à oposição. A direção do sindicato manipulou procedimentos eleitorais e a chapa de oposição não teve acesso prévio à lista de votantes e nem ao roteiro das urnas coletora de votos. Nem sequer conseguiu indicar

³⁵ Os documentos e Ofícios sobre a chapa de oposição nas eleições de 1978 constam do “ASV_ACE_3974_82”, encontrado no acervo do Arquivo Nacional.

mesários. Protestaram e impetraram mandado de segurança, sem sucesso. A chapa de situação ganhou o pleito e foi eleito como presidente Eraldo Paim.

Um ano após as eleições, a assembleia da categoria aprovou uma comissão dos trabalhadores para acompanhar a diretoria do sindicato nas negociações coletivas com o patronato. A oposição bancária estava presente na comissão, sob os protestos do presidente Eraldo Paim que, em comunicação do sindicato ao delegado regional do trabalho, Ivanilson Trindade, em 11 de setembro de 1979, recomendou repressão contra os opositoristas.

Em 1979 também ocorreu um ato patronal que provocou a indignação da oposição bancária: Smitson Oliveira foi despedido do emprego por ordem do presidente do BANE, Clériston Andrade. A atitude foi percebida como reação à oposição bancária. Smitson ainda gozava do direito à estabilidade provisória de candidato em eleição sindical, mas o banco sequer respeitou a norma pública.

A disputa política entre a direção e a oposição refletia-se abertamente nas táticas a serem utilizadas nas negociações coletivas. Os documentos de espionagem oficial (do gabinete do secretário da segurança pública da Bahia, da polícia militar e do SNI) relataram as ocorrências, reivindicações e encaminhamentos do embate³⁶.

A pauta da oposição era diferente daquela defendida pela direção do sindicato, e uma das propostas era a antecipação da data-base de dezembro para setembro. Com poucas oportunidades para garantir ganhos remuneratórios, a categoria poderia ter uma vantagem nessa mudança. A oposição se valeu das contribuições dos bancários Antônio Carlos Pereira dos Santos, do Banco do Nordeste, Valdimiro Lustosa, do BANE, ambos bacharéis em economia, e Pedro Barbosa, do BANE, interessados nos detalhes da política salarial e dos reajustes salariais. Para estimular a presença da categoria na assembleia, a oposição se valia dos meios possíveis. Sem a estrutura material do sindicato, a oposição elaborou uma convocação tosca, que era a possível na ocasião, assinada pela “Comissão de Coordenação da Campanha Salarial”.

No final, os bancários conquistaram a antecipação da data-base para setembro, fato decisivo em favor da oposição na eleição de 1981.

³⁶ Os documentos e a comunicação do sindicato ao delegado regional do trabalho constam do “ASV_ ACE_ 568_ 80”, encontrado no acervo do Arquivo Nacional.

Os temas econômicos eram disputados pela oposição e a categoria percebia. Antônio Carlos, por exemplo, foi um dos responsáveis pelo sindicato bancar o escritório do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) na Bahia. Antônio Carlos lembra ainda a relevância da luta por melhorias salariais da categoria e o papel da oposição em manter essa preocupação entre os trabalhadores, a exemplo de um fato que considerou decisivo: a divulgação pela oposição do resultado de um julgamento de dissídio coletivo antes que a direção o fizesse. Ato que também surtiu efeitos positivos nas eleições.

Finalmente, em 1981 a oposição sindical lançou uma chapa que se consagrou vitoriosa nas eleições sindicais. Resultado da insistência de um agrupamento político oriundo de lideranças que vivenciou diferentes experiências e que ousou na criatividade e militância em defesa da categoria mesmo não ocupando a direção do sindicato. A chapa foi encabeçada Osvaldo Laranjeiras, iniciado na militância estudantil na Universidade de São Paulo (USP) e que posteriormente atuou como bancário. Em Salvador, incorporou-se à oposição sindical que, para Laranjeiras, cumpriu papel fundamental na resistência ao regime. Em 1980, durante a discussão sobre o processo eleitoral, ele foi escolhido para ser o cabeça da chapa. Para ele, a categoria respondeu positivamente à chapa. Não foi uma eleição fácil, mas a vitória foi muito expressiva.

A experiência de Laranjeiras na militante da oposição bancária paulista somou-se a dos companheiros que na Bahia lutavam contra a direção da entidade, apoiada pela ditadura. Junto com Laranjeiras, compuseram a chapa: Pedro Barboza de Oliveira Neto, do Banco do Nordeste; Edmundo Calhau Camurugy, do Banco Econômico; Moisés de Souza Bebé Filho, do Bradesco; Beraldo Alves Boaventura, do Banco do Brasil; Euclides Fagundes Neves, do BANEBA; Valdimiro Lustosa Nogueira Soares, do BANEBA; Jocélio Teles dos Santos, do BANEBA; Vanuza Macedo Bonfim, do BANEBA; Waldir Mattos Regis, do Banco do Nordeste; Maria Julia Alves Silveira, do Bradesco; Elso Oliveira Rios Filho, do Banco Itaú; Leonel Figueiredo Rocha, do Banco Econômico; Paulo Galvão Silva, do Banco Econômico; Antônio Carlos Santos, do BNB; Evaldo Menezes Borges dos Anjos, do Banco do Brasil; Antônio Carlos da Silva, do Bamerindus; Francisco Alberto Lima Souza, do Banco da Amazônia; José Donizette de Souza (Goiano), do Banco Residência; Lourival Pereira dos Santos, do BANORTE; José Álvaro Fonseca Gomes, do Bradesco; Genaro da Silva Oliveira, do Banco do

Brasil; Alberto Souto Freire, do BANEZ; e Djalma Medrado Passos, do Banco do Brasil.

Ao ocupar a direção da entidade, a oposição transformou o sindicato em importante polo político de resistência à ditadura e à então liderança política reacionária da Bahia, o governador Antônio Carlos Magalhães. Os sindicatos dos bancários, dos químicos e dos metalúrgicos, entre outros, passaram a influenciar e apoiar oposições sindicais em toda a Bahia, além de outros movimentos sociais, como o estudantil, e de diversas manifestações culturais de Salvador. Foi, assim, retomada a tradição da época do ex-presidente Raymundo Reis, interrompida pelo golpe de 1964, quando o sindicato se dedicava a apoiar categorias mais frágeis.

Antes da eleição de 1981, a oposição bancária se consolidou politicamente na malha de articulações que reunia ativistas da resistência à ditadura ao longo da década de 1970, sob o ambiente tenso e violento dos governos Médici e Geisel. Militantes de organizações e independentes construíram, com muito custo, uma rede de solidariedade que auxiliava companheiros desempregados, acolhia e protegia perseguidos, e formava novos quadros que militavam no movimento estudantil, em sindicatos ou oposições, em associações de bairros ou em coletivos culturais. Nessa rede, destacaram-se algumas pessoas cujas posições institucionais auxiliavam a atuação. Assim, dentre os ativistas contrários à ditadura, e em referência à resistência política, o ex-bancário Célio Maranhão e o ex-petroleiro anistiado Edson Nonato de Santana lembraram, cada um ao seu modo, do padre Paulo Maria Tonucci e sua ação em bairros populares na cidade de Salvador. O padre Paulo se tornou figura conhecida pelo comprometimento, empenho e discrição na formação política dos moradores da Fazenda Grande, do Bom Juá e do Marotinho. Antes de Edson Nonato de Santana ingressar na Petrobrás como operário, ele passou pelos bancos do curso profissionalizante da Escola 1º de Maio, que Paulo Tonucci mantinha no bairro da Fazenda Grande (Lima, 2016). Foi o caminho para a politização de Edson, que depois passou a militar no PCdoB.

Conclusão: horror e luta

A violência sofrida pelos petroleiros e bancários baianos se caracterizou como um registro comum da repressão do Estado terrorista da ditadura brasileira, a qual também

se estendeu a outras categorias profissionais, estudantes³⁷, intelectuais e quem mais resistisse. Além da força física que abateu militantes, era essencial que o domínio político dos militares contasse com o apoio, discreto ou ostensivo, de empresas, interessadas no aprofundamento e intensidade da exploração da força de trabalho. Para isso, era importante para a ditadura reprimir sindicatos, sindicalistas e lideranças dos trabalhadores. O terror e o medo então cumpriram o seu papel.

Quem contrariava a empreitada do Capital em acumular riquezas era eleito inimigo da ditadura, sendo ele nomeado como “comunista” e/ou “corrupto”. A vigilância e a espionagem, oficial ou não, tratavam de mantê-lo sob constante tensão, quando ocorria de ele não ter caído em prisões e torturas. O Estado terrorista buscava o esvaziamento do futuro para quem vivia do trabalho. As estruturas judiciárias opressivas contavam com o apoio de uma cultura jurídica na sustentação das medidas oficiais da ditadura.

A silenciosa perseguição patronal e o desalento do desemprego foram cruéis para os ativistas sindicais, muitos despedidos por justa causa, mesmo sendo eficientes em suas tarefas laborais. Sob o clima hostil imposto pelos militares e seus apoiadores, impregnou-se uma sensação de desamparo generalizado entre esses ativistas. Famílias foram deslocadas para situações incertas, que o diga Emanuel Rêgo. E trabalhadores zelosos mal conseguiam promoção em órgãos públicos ou estatais após o golpe, que o diga Raymundo Reis, bancário no Banco do Brasil.

Mas, de alguma forma, Raymundo e Emanuel mantiveram lutas possíveis: Raymundo Reis, aposentado do Banco do Brasil, se tornou uma referência histórica dos bancários, cujo sindicato baiano criou, em 2011, o “Centro de Memória Bancária Raymundo Reis”. Emanuel Rêgo foi anistiado e retornou à Petrobrás, tendo sido um dos articuladores do I Encontro Nacional dos Anistiados da Petrobras, em 1985 (Costa, 2012). Sofreram os horrores da ditadura e mantiveram-se em luta.

³⁷ Os estudantes foram afetados logo após o golpe, mas com o AI-5 e do Decreto nº 477, de 1969, os efeitos se amplificaram e a repressão se tornou muito mais efetiva. Para uma análise do movimento estudantil soteropolitano da época, conferir as pesquisas de Sandra Silva (2003) e de Antônio Brito (2008).

Bibliografia

Bahia. Relatório de Atividades 2013/2014 (2014). Comissão Estadual da Verdade da Bahia (Salvador).

Bandeira, Luiz Alberto Moniz (2011). O ‘milagre alemão’ e o desenvolvimento do Brasil (1949-2011). (2ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora UNESP).

Bassualdo, Eduardo M. (2013) El legado dictatorial. El nuevo patrón de acumulación de capital, la desindustrialización y el ocaso de los trabajadores. In: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo, Orgs. Cuentas Pendientes – Los cómplices económicos de la ditadura. (Buenos Aires: Siglo veintiuno editores).

Benjamin, Walter (2016). O anjo da história. (2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora).

Bortone, Elaine de Almeida (2018). O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Ditadura Empresarial-Militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). (Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ. Em file:///C:/Users/carlo/Downloads/O_Instituto_de_Pesquisas_e_Estudos_Socia.pdf, acessado em 13/05/2021).

Brandão, Rafael Vaz da Motta (2020). Empresariado, ditadura e capital monopolista: o caso do grupo Itaú. In: CAMPOS, P.H.P.; BRANDÃO R.V.M.; LEMOS, R.L.C.N. (orgs.) Empresariado e ditadura no Brasil. (Rio de Janeiro: Consequência Editora).

Brasil. (2014) Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos. Comissão Nacional da Verdade. (Brasília: CNV).

Brito, Antônio Maurício Freitas (2008). O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968). (Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA)..

Catharino, José Martins (1975). Coletânea de Direito do Trabalho. (São Paulo: LTr.).

Corrêa, Larissa Rosa (2017). Disseram que voltei americanizado – Relações sindicais Brasil- Estados Unidos na ditadura militar. (Campinas, SP: Editora Unicamp).

Costa, Reynaldo Hélio da (2012). História da Abraspet na luta pela anistia política no Brasil. (Salvador: Abraspet).

Dreiffus, René Armand (2006). 1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. (6ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes).

Duhalde, Eduardo Luis. (2014) El Estado Terrorista argentino. (Buenos Aires: Colihue).

Esponda, Alejandra (2017). Responsabilidad empresarial em delitos de lesa humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado: tomo 1. (2ª Edição especial. Posadas: EdUNaM – Editorial Universitaria de la Universidad Nacional de Misiones).

Fernandes, Florestan (2019). Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”. (São Paulo: Expressão Popular).

Fon Filho, Aton, et all (2016). A repressão militar-policial no Brasil: o livro chamado João. (1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular).

Freitas, Carlos Eduardo Soares de (1999). Desregulamentação e precarização nas relações formais do trabalho no Brasil dos anos 90. (Revista SER SOCIAL (UNB), Brasília, v. 5, p. 65-86).

Garland, P. G. (1960). Algumas notas comparativas do direito social no Brasil e nos Estados Unidos. (Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 55, 502-530. Recuperado de <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66366>>)

Hoire, Leandro (2019). Salários e distribuição de renda: a política salarial do PAEG. (Leituras de Economia Política, Campinas, (29), p. 50-67, jul./dez. 2019, em https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L29/05_Artigo_03_LEP_29.pdf, acessado em 12/06/2021.)

Ivo, Alex de Souza (2009). Uma “revolução” contra o comuno-peleguismo: o golpe de 1964 e o sindicalismo petroleiro. In: ZACHARIADHES, GC.; IVO, A.S. et al (orgs.). (Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes [online]. Salvador: EDUFBA, vol. 1).

Ivo, Alex de Souza (2016). “Acabou nosso carnaval”: o golpe de 1964 e a repressão aos trabalhadores do petróleo na Bahia. IN: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; TEIXEIRA,

Marco Antonio dos Santos (Orgs.). *Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo*. (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: CUT).

JOSÉ, Emiliano (2012). *Galeria F: Lembranças do Mar Cinzento (IV) – Golpe. Tortura. Verdade*. (São Paulo: Editora Caros Amigos).

Levi, Primo (1988). *É isto um homem?* (Rio de Janeiro: Editora Rocco).

Lima, Gisele Oliveira de (2016). *Padre sim, mas não a manivela – Trajetória de Paulo Tonucci (1966 – 1994)*. (Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, UFBA).

Marini, Ruy Mauro (1978). *Subdesarrollo y Revolución*. (9ª Edição. México: Siglo veintiuno editores).

Marini, Ruy Mauro (2000). *Dialética da dependência*. (Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO)

Martins, Heloisa Helena Teixeira de Souza (1989). *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. (São Paulo: Editora Hucitec).

Neves, Euclides Fagundes (2008). *Bancos, Bancários e Movimento Sindical*. (2ª Edição. Salvador: Bureau Gráfica e Editora).

Oliveira Jr., Franklin. (1985) *A Usina dos Sonhos – Nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954 – 1964*. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA).

Oliveira, Francisco (1984). *A Economia da Dependência Imperfeita*. (4ª Edição. Rio de Janeiro, Edições Graal).

Pontes, Paulo (2018). *Memórias da resistência na ditadura e depois*. (Recife: MMM Produtos Culturais).

Praun, Luci; Costa, Cláudia (2016). *Pistas sobre a estrutura e as ações de repressão do Estado brasileiro no pós 1964 e sua configuração no interior da Petrobrás*. (Revista do Arquivo, nº 02, 2016, publicação eletrônica do Arquivo Público do Estado de São

Paulo.

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/02/artigo_02.php#inicio_artigo>, acessado em 17/12/2019.)

Russau, Christian (2017). *Empresas alemãs no Brasil – O 7x1 na economia*. (São Paulo: Elefante).

Schorr, Martín (2013). El poder económico industrial como promotor y beneficiário del proyecto refundacional de la Argentina (1976-1983). In: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo, Orgs. *Cuentas Pendientes – Los cómplices económicos de la ditadura*. (Buenos Aires: Siglo veintiuno).

Scipes, Kim (2010). *AFL-CIO's Secret War against Developing Country Workers: Solidarity or Sabotage?* (Lexington Books. <https://books.google.com.br/books?id=NAWigttrAC&vq=brazil&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s>)

Silva, Sandra Regina Barbosa da (2003). “Ousar lutar, ousar vencer”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). (Dissertação de Mestrado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA).